



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

16914 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVII Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional – ANPEd Nordeste (2024)

ISSN: 2595-7945

GT18 - Educação de Pessoas Jovens e Adultas

**GESTÃO DEMOCRÁTICA E ELEIÇÃO DE DIRETORES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO MUNICÍPIO DE QUEIMADAS- BA**

Ana Isabel Carneiro Baptista - UNEB - Universidade do Estado da Bahia

Aldailta Lima da Silva Santos - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Flávia Lorena de Souza Araújo - UNEB - Universidade do Estado da Bahia

Agência e/ou Instituição Financiadora: CNPQ

**GESTÃO DEMOCRÁTICA E ELEIÇÃO DE DIRETORES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO MUNICÍPIO DE QUEIMADAS- BA**

---

## 1 INTRODUÇÃO

A gestão democrática nas escolas é um princípio fundamental que visa assegurar a participação ativa de todos os membros da comunidade escolar na tomada de decisões. Esse modelo de gestão é particularmente significativo na Educação de Jovens e Adultos (EJA), onde a diversidade e as necessidades específicas dos alunos demandam uma abordagem inclusiva e participativa. Na EJA, a gestão democrática é crucial para criar um ambiente educacional que respeite e valorize as experiências e conhecimentos prévios dos estudantes, muitos dos quais retornam à escola após longos períodos de afastamento. A participação ativa de alunos, professores, funcionários e a comunidade na eleição de diretores escolares é um aspecto essencial desse processo democrático.

Em muitos municípios brasileiros, a implementação de eleições para diretores e vice-diretores das escolas públicas tem se tornado uma realidade. O modelo de gestão democrática busca proporcionar maior autonomia às escolas, ao mesmo tempo em que estimula o envolvimento da comunidade na tomada de decisões importantes relacionadas à educação.

No entanto, é fundamental compreender o impacto dessa prática nas

dinâmicas escolares e na qualidade da educação oferecida. Para isso, este estudo busca responder tais inquietações: Como a forma de seleção de dirigentes influencia no ambiente escolar? Quais são os desafios enfrentados e os benefícios observados pelos municípios que adotam a eleição de diretores como forma de seleção da gestão?

Neste artigo, exploraremos o cenário das eleições para dirigentes escolares, com foco especial em Queimadas, município baiano, do Território do Sisal que já implementa essa prática desde 2010. Investigaremos o papel dessas eleições na promoção da gestão democrática, no engajamento da comunidade escolar e na construção de ambientes escolares mais inclusivos e participativos para a EJA.

O objetivo deste estudo é analisar a implementação das eleições para gestores escolares no município de Queimadas, considerando sua conformidade com os princípios estabelecidos nos documentos legais nacionais e municipais, bem como os impactos dessa prática na gestão democrática das escolas, na qualidade da educação oferecida e no fortalecimento do vínculo entre a comunidade escolar e a gestão educacional.

Para a realização deste estudo, adotou-se uma metodologia predominantemente exploratória e documental que segundo Fonseca (2002, p. 32), a pesquisa documental utiliza uma ampla variedade de fontes diversificadas. Nesta pesquisa, foram utilizados como fontes documentais, documentos legais municipais, o Plano Nacional de Educação aprovado em 2014, Plano Estadual de Educação da Bahia e o Plano Municipal de Educação de Queimadas - BA, aprovados em 2015. Além disso, foram consultadas fontes bibliográficas como artigos, capítulos de livros e livros que abordam a gestão democrática.

Para compreender a complexidade da implementação da gestão democrática nas escolas brasileiras, este artigo está organizado da seguinte maneira: iniciamos com uma introdução que apresenta a temática, a metodologia adotada, o problema de pesquisa e o objetivo do estudo. Em seguida, descrevemos a metodologia adotada, que inclui a análise de documentos legais e fontes acadêmicas. A seção seguinte aborda as fundamentações teóricas sobre gestão democrática, O papel do Plano Municipal de Educação à luz do PNE e Eleição Democrática de Diretores Escolares do Município de Queimadas -BA, com destaque para as contribuições de autores como Lück, Amorim e Paro. Por fim, apresentamos as considerações finais, onde discutimos os resultados da pesquisa e suas implicações para a prática da gestão democrática nas escolas públicas.

## **2 GESTÃO DEMOCRÁTICA: UM CAMINHO A PERCORRER**

A gestão democrática é essencial na educação atual, destacando-se como pilar para práticas inclusivas e participativas, promovendo uma educação de qualidade e cidadania plena. Esse conceito refere-se à administração escolar que envolve ativamente todos os segmentos da comunidade escolar—alunos, professores, funcionários, pais e membros da comunidade—tomando decisões de forma coletiva e transparente, como observa Luck (2006, p. 41), que associa a gestão democrática à orientação por valores e princípios consistentes, determinando o modo de ser e agir da comunidade escolar.

Essa gestão permeia todas as esferas da vida escolar, desde o projeto político-pedagógico até as atividades cotidianas, valorizando a diversidade, autonomia e participação, e promovendo uma cultura de diálogo e respeito mútuo. Como argumenta Luck (2007, p. 55), a gestão democrática pressupõe um entendimento diferenciado da realidade e das pessoas envolvidas, superando a simples administração pela interatividade social.

A legislação educacional brasileira, conforme o Art. 3º, inciso VIII, da LDB, respalda essa abordagem democrática. Desde a década de 1980, houve transformações na gestão escolar, influenciadas por mudanças políticas que visavam à descentralização e democratização, como apontado por Luck (2000). A inclusão da comunidade no processo decisório é vital, pois, segundo Freire (2000, p. 29), a prática de tomar decisões desenvolve a habilidade de fazê-lo, consolidando a gestão democrática nas escolas públicas.

No entanto, sua implementação enfrenta desafios. Gestores e membros da comunidade escolar frequentemente resistem à gestão democrática por receio de perder poder, devido à associação histórica do gestor escolar a uma figura de controle, muitas vezes alinhada a interesses da classe dominante, como discute Amorim (2012). Além disso, a falta de formação específica em gestão participativa pode limitar a compreensão dos princípios democráticos, enquanto desigualdades socioeconômicas entre os membros da comunidade escolar dificultam a participação efetiva de grupos vulneráveis.

Lima (2009, p. 39) enfatiza que a viabilidade de uma escola democrática depende da participação efetiva da comunidade. Superar os desafios e implementar a gestão democrática requer formação específica para todos os envolvidos, espaços que estimulem a participação ativa, e conselhos escolares fortalecidos, com autonomia conforme o Art. 15 da LDB - Lei 9.394/96. As escolas devem ter autonomia para adaptar políticas pedagógicas às suas realidades, promovendo inclusão e equidade.

Paro (2016, p. 15) reforça a necessidade de transformar a escola, promovendo sua apropriação pelas camadas trabalhadoras, mudando o sistema de

autoridade e a distribuição do trabalho escolar. A gestão democrática é, assim, tanto um desafio quanto uma necessidade imperiosa para fortalecer a democracia, melhorar a qualidade do ensino, e construir uma sociedade mais justa e igualitária. Investir em formação, incentivar a participação e garantir autonomia e equidade são passos essenciais para criar escolas verdadeiramente democráticas.

## 2.1 Plano Estadual de Educação do Estado da Bahia: Desafios com a Gestão Democrática

A gestão democrática na educação pública é uma tarefa que demanda planejamento coletivo, especialmente no contexto do estado da Bahia. Desde 2008, a seleção interna para dirigentes escolares na Rede Pública do Estado é feita de forma participativa, conforme a Lei de Diretrizes e Bases 9394/96, com o objetivo de melhorar a qualidade da educação pública.

O Plano Estadual de Educação (PEE/BA), vigente de 2016 a 2026, foi instituído pela Lei nº 13.559 de 11 de maio de 2016, em consonância com a Lei Federal nº 13.005 de 2014, que aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE). Essa legislação estabelece que estados e municípios elaborem seus planos de educação em até um ano após a publicação do PNE, explicando o início tardio do PEE/BA.

O PEE/BA e o PNE compartilham muitas semelhanças estruturais, conforme mostrado no quadro comparativo:

QUADRO 1 – Comparativo PEE/BA e o PNE

<b>ESTRUTURA DO PNE</b>	<b>ESTRUTURA DO PEE/BA</b>
14 Artigos	13 Artigos
20 Metas	20 Metas
10 Diretrizes	09 Diretrizes
254 Estratégias	246 Estratégias
Vigência Decenal 2014 - 2024	Vigência Decenal 2016 - 2026

Fonte: Elaborado pelas autoras

Apesar dessas semelhanças, o PEE/BA enfrenta desafios na implementação da gestão democrática, que é um princípio fundamental conforme o art. 2º da Lei 13.559/16. Luck (2006) destaca que a gestão democrática não é apenas um ideal, mas um processo contínuo que requer diálogo, transparência e respeito à

diversidade.

A meta 19 do PEE/BA estimula a discussão sobre a regulamentação da gestão democrática, prevendo a participação da comunidade escolar e critérios técnicos de mérito e desempenho. A eleição de diretores escolares na Bahia segue o Decreto estadual nº 16.385/15, que prevê critérios rigorosos e a participação de alunos, pais e servidores na votação.

Entretanto, algumas unidades escolares ainda têm gestores nomeados por livre indicação do Secretário da Educação, o que contraria o princípio da gestão democrática. A pandemia de Covid-19 adiou as eleições previstas para 2020, ressaltando os desafios de implementação no contexto atual.

O PEE/BA garante a participação da comunidade escolar por meio de diversos conselhos e colegiados, mas a gestão democrática enfrenta desafios na inclusão, na elevação das taxas de alfabetismo, e na garantia de políticas para a EJA. A permanência de práticas autoritárias, como a nomeação de gestores, ainda é uma barreira para o compromisso com a qualidade da educação, inclusão e transparência.

## **2.2 o papel do plano municipal de educação (pme) na efetivação da gestão democrática**

O Plano Municipal de Educação (PME) é fundamental para a gestão democrática nas escolas, pois estabelece diretrizes e metas para o desenvolvimento educacional municipal, alinhado ao Plano Nacional de Educação (PNE) (Lei nº 10.172/2001). O PME é elaborado com a participação ativa da comunidade escolar, incluindo gestores, professores, alunos, pais e representantes da sociedade civil, garantindo assim a inclusão e a democracia na definição de políticas educacionais.

O objetivo principal do PME é assegurar educação de qualidade, promovendo equidade e respeito à diversidade, com metas voltadas para diferentes áreas educacionais. A gestão democrática, um dos princípios centrais do PME, envolve a participação de todos os segmentos da comunidade escolar, promovendo diálogo e transparência na tomada de decisões.

O PNE destaca na meta 19 a importância da gestão democrática, vinculando critérios técnicos de mérito e desempenho à consulta pública com a comunidade escolar. O PME, em consonância, prevê processos amplos de consulta e participação da comunidade na elaboração e monitoramento das políticas educacionais, garantindo representatividade e legitimidade nas decisões tomadas (GOMES, 2015). Além disso, o plano estabelece mecanismos de transparência e

prestação de contas, fortalecendo a confiança nas instituições educacionais e promovendo uma gestão democrática efetiva.

Por fim, o PME deve reconhecer e valorizar a diversidade na comunidade escolar, promovendo políticas inclusivas que atendam às necessidades de grupos em situação de vulnerabilidade, como alunos com deficiência, EJA, LGBTQIA+, e etnias minoritárias, criando um ambiente escolar acolhedor e respeitoso para todos.

### **2.3 Eleição Democrática De Diretores Escolares: Fortalecendo A Gestão Participativa Nas Escolas**

A eleição de gestores escolares, conforme o Plano Nacional de Educação (PNE), é essencial para promover a gestão democrática nas escolas, ao democratizar a escolha dos dirigentes e fortalecer a representatividade das lideranças educacionais. Esse processo envolve a participação ativa da comunidade escolar, incluindo professores, alunos, pais e funcionários, conforme estratégias como a construção coletiva de projetos pedagógicos e a efetivação de autonomia pedagógica e administrativa (BRASIL, 2014).

A eleição segue princípios de igualdade e transparência, com etapas como inscrição dos candidatos, debates, votação e apuração, garantindo que a escolha seja feita de forma livre e consciente pela comunidade escolar. Em alguns casos, uma comissão eleitoral ou conselho escolar coordena e assegura a transparência do processo.

No contexto da EJA, a eleição de diretores ganha ainda mais relevância, pois diretores eleitos tendem a se comprometer com as necessidades específicas dessa modalidade de ensino, promovendo práticas inclusivas e motivadoras.

Contudo, Souza (2009, p. 205) alerta que a realização de tais eleições não assegura, necessariamente, uma decorrente gestão democrática no âmbito escolar. A eleição pode ser um verdadeiro processo democrático ou uma estratégia para justificar ações que não envolvem a participação coletiva. Assim, o PNE e o PME reafirmam o compromisso com uma educação inclusiva e participativa, onde a eleição de gestores escolares fortalece a autonomia das escolas e a representatividade da comunidade escolar, promovendo uma gestão mais eficiente e democrática.

### **2.4 Resultados e discussões da pesquisa: Experiência de Eleições Escolares em Queimadas-Ba**

O Plano Municipal de Educação (PME) 2015-2025 de Queimadas-BA destaca-se pela abordagem na gestão escolar, especialmente em relação à eleição de gestores. A Lei Municipal nº 037/2010, que regulamenta o processo eleitoral para diretores e vice-diretores das escolas públicas, marca um avanço significativo na promoção da gestão democrática no município. Essa iniciativa reforça o compromisso com a participação da comunidade escolar, envolvendo professores, alunos, pais e funcionários na escolha dos líderes educacionais.

Desde a primeira eleição em 2011, o processo era mais simplificado, restrito à escola e focado em candidatos internos, valorizando a integração à realidade da instituição. Em 2023, a Lei Nº 3.012/22 trouxe novas exigências, incluindo formação continuada de 60 horas e uma prova escrita, elevando o rigor na seleção dos candidatos. A segunda etapa envolveu a análise de títulos e experiências profissionais, garantindo que os candidatos tivessem a qualificação necessária para enfrentar os desafios da gestão escolar.

As eleições em Queimadas têm fortalecido a transparência e a responsabilidade na administração escolar, permitindo que diretores eleitos implementem políticas educacionais mais alinhadas às necessidades locais. Esse modelo de gestão democrática tem contribuído para um ambiente escolar mais colaborativo e motivador, com um aumento no engajamento da comunidade escolar em atividades e projetos. A sensação de pertencimento e valorização entre a equipe escolar também cresceu, resultando em um ambiente mais produtivo e inclusivo.

No entanto, a autonomia dos diretores eleitos pode trazer desafios. Em alguns casos, essa autonomia excessiva tem gerado resistências às diretrizes da Secretaria de Educação Municipal, dificultando a implementação de políticas educacionais integradas. A competição eleitoral também pode criar divisões dentro da comunidade escolar, prejudicando a coesão e o ambiente de trabalho.

Superar esses desafios requer um equilíbrio entre a autonomia dos diretores e a adesão às diretrizes municipais. Além disso, é essencial garantir que o processo eleitoral seja justo e representativo, promovendo uma cultura de participação contínua. A formação continuada dos diretores eleitos, especialmente para lidar com as demandas específicas da EJA, é crucial para o sucesso desse modelo de gestão. As políticas públicas devem apoiar esses esforços, fornecendo os recursos e orientações necessários para fortalecer a gestão democrática nas escolas de Queimadas.

Em análise, percebe-se que as eleições para diretores em Queimadas têm desempenhado um papel crucial na promoção da gestão democrática, impactando positivamente a qualidade da educação e o engajamento da comunidade escolar.

No entanto, é essencial continuar aprimorando esse modelo, equilibrando a autonomia dos diretores com a necessidade de seguir diretrizes educacionais integradas para garantir uma gestão eficiente e inclusiva.

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao refletirmos sobre a gestão democrática nas escolas, especialmente no contexto das eleições para diretores, é possível observar uma série de pontos positivos e negativos que merecem ser considerados.

Nos aspectos positivos, evidencia-se o reforço da participação da comunidade escolar no processo decisório. A eleição de diretores proporciona aos professores, funcionários, pais e alunos a oportunidade de exercerem influência na seleção dos gestores, fomentando um ambiente mais inclusivo e transparente. Adicionalmente, a gestão democrática pode facilitar a implementação de políticas e práticas educacionais mais adaptadas às reais necessidades da comunidade local, promovendo uma educação mais contextualizada e eficiente.

Contudo, é importante reconhecer os desafios e aspectos negativos associados a esse modelo. Um dos principais pontos de preocupação reside no risco de os diretores eleitos se sentirem excessivamente autônomos, resistindo às diretrizes e exigências estabelecidas pela Secretaria de Educação Municipal. Essa autonomia exacerbada pode dificultar a execução de políticas educacionais integradas e prejudicar a qualidade do sistema educativo. Além disso, a competição eleitoral pode gerar divisões e conflitos dentro da comunidade escolar, afetando o ambiente de trabalho e a coesão entre os membros da equipe pedagógica.

Diante dessas considerações, é importante buscar um equilíbrio entre a autonomia e a responsabilidade na gestão educacional, respeitando necessariamente os três princípios que regem a gestão democrática: a descentralização, a participação e a transparência. As eleições para diretores devem ser encaradas como uma oportunidade para fortalecer a democracia na escola e promover uma maior participação da comunidade escolar, mas também é essencial garantir que os gestores eleitos estejam comprometidos com os objetivos educacionais estabelecidos em âmbito municipal e nacional. Somente assim será possível alcançar uma gestão verdadeiramente democrática e eficiente, capaz de promover o sucesso acadêmico e o bem-estar de todos os envolvidos no processo educacional.

### **REFERÊNCIAS**



AMORIM, Antonio. **Políticas públicas em educação, tecnologia e gestão do trabalho docente**. Salvador: EDUNEB, 2012.

BRASIL, LDB: **Lei de diretrizes e Bases da Educação Brasileira**. 14ª edição. Brasília: Edições Câmara, 2017.

BRASIL. **Planejando a próxima década: conhecendo as vinte metas do Plano Nacional de Educação**. Ministério da Educação / Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (MEC/SASE), 2014.

B A H I A . **Plano Estadual de Educação da Bahia**  
<http://institucional.educacao.ba.gov.br/legislacaoedocumentos/planoeducacao>  
Acesso: 23 abril de 2024.

GOMES, A. V. A. **Gestão democrática no Plano Nacional de Educação**. Brasília, DF: Consultoria Legislativa, 2015.

LUCK, Heloísa. **Perspectivas da gestão escolar e implicações quanto à formação de seus gestores**. Brasília: v. 17, n. 72, 2000.

LUCK, Heloisa. **Concepções e processos democráticos de gestão educacional**. Petrópolis: Vozes, 2006.

LUCK, Heloisa. **Gestão educacional: uma questão paradigmática** 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

PARO, V. H. **Administração escolar: introdução crítica**. 14 ed. São Paulo: Cortez, 2016.

QUEIMADAS, **Plano Municipal de Educação**. 1ª edição. Queimadas, 2015

**Palavras-chave:** Gestão Democrática; Eleições Escolares; EJA.